

# Equilíbrio: fundamento ou fenômeno emergente?

*Equilibrium: foundation or emergent phenomenon?*

Eleutério F. S. Prado\*

## Resumo

Neste artigo, quer-se mostrar que há dois modos bem distintos de apreender o movimento do sistema econômico que se organiza com base na centralidade da relação social de capital e sobre o qual se levanta e se desenvolve a sociedade moderna. Mesmo que uma delas seja plenamente dominante e que a outra permaneça quase esquecida, sustenta-se que é muito importante apreendê-las como opostas, como antípodas, como rivais. Uma delas, para apreender a complexidade constitutiva desse sistema, toma o equilíbrio com um fundamento e, assim, trata o seu dinamismo como uma questão subordinada. A outra, ao contrário, assume que essa complexidade se desenvolve por meio de uma dinâmica turbulenta em que a ordem se configura por meio da desordem, de tal modo que o equilíbrio aparece apenas como um fenômeno emergente.

**Palavras-chave:** equilíbrio econômico; complexidade; fenômeno emergente; fundamento metafísico; sistema econômico.

## Abstract

*In this note, we want to show that there are two very different ways of apprehending the movement of the economic system that organized itself on the basis of the centrality of the capital social relation and on which modern society rises and develops. Even if one is fully dominant and if the other is almost forgotten, we argue that it is very important to grasp them as opposites, as antipodes, as rivals. One of them, in order to apprehend the constitutive complexity of this system, takes the equilibrium as a foundation thus treating its dynamism as a subordinate question. The other, on the contrary, assumes that this complexity develops through a turbulent dynamic in which disorder shape an order, so that equilibrium appears only as an emergent phenomenon.*

**Keywords:** economic equilibrium, complexity, emergent phenomenon, metaphysical foundation; economic system.

---

\* Professor titular e sênior da FEA/USP. Correio eletrônico: [eleuter@usp.br](mailto:eleuter@usp.br). Blog na internet: <http://eleuterioprado.wordpress.com>.

## Introdução

Ao longo da história, as teorias que tinham por objetivo compreender o sistema econômico distinguiram-se de muitas maneiras, mas aqui se quer ressaltar que elas podem ser separadas também pela forma com que conceberam o seu modo de existir e de evoluir. Na verdade, quer-se mostrar que há duas formas bem distintas de apreender logicamente o movimento desse sistema, mostrando inclusive que é preciso tomá-las como opostas, como antípodas, como rivais.

Contudo, para a grande maioria dos pesquisadores que, nos últimos duzentos anos, pretenderam investigar esse objeto instável, complexo e flutuante, nunca ficou patente que havia realmente essa alternativa que aqui se quer destacar. Pois, uma delas permaneceu quase oculta, já que a outra, amplamente dominante, afigurou-se constantemente como a única concepção possível. Na prática corrente dos economistas, portanto, uma delas se encontra velada, reprimida, subjugada. Eles não querem nem mesmo descobri-la porque se entretêm apenas com um tipo de conhecimento, que se volta somente para apreender o modo de funcionamento do sistema econômico, numa perspectiva estritamente instrumental e pragmática. De qualquer modo, apresentando-se ou não como opções, elas permaneceram sempre como concepções distintas capazes de determinar, de modo crucial, o caráter da teoria econômica.

Veja-se, de início, que a pretensão de fazer ciência dessa esfera da sociedade sempre enfrentou um problema que se origina da sua própria natureza. Eis como esse problema se apresenta do ponto de vista da crítica que aqui se pretende desenvolver: como a ciência moderna, configurada já na mecânica clássica, foi capaz de enfrentar a complexidade movente, agitada e anárquica inerente ao sistema econômico enquanto tal?

Sabe-se que essa compreensão de mundo formou-se buscando compreender dinamicamente o sistema planetário e que este, frente ao sistema econômico, apresenta-se como um objeto razoavelmente tranquilo, que tem um comportamento cíclico, muito regular, que parece mesmo contrariar a noção de tempo histórico. Sabe-se, ademais, que ela pretendeu se afastar da metafísica, observando, porém, os cânones da lógica formal, isto é, o princípio da identidade, assim como o princípio da não-contradição. Por isso, ainda cabe perguntar: como uma forma de apreensão da objetividade que sempre se pretendeu não contraditória pode enfrentar uma realidade que não é caótica, mas possui uma ordem que só se configura por meio de uma “boa” desordem? E que parece estar sempre agitada e em permanente transformação?

Ora, bem se sabe que esse modo de ser irregular, que, não obstante, gera regularidades, mostra-se sempre na evolução de qualquer variável econômica que descreve um aspecto determinado do andamento temporal desse sistema. Em particular, como bem se sabe, ela se mostra nas séries temporais que indicam como evoluem os preços. Eis que os preços de qualquer mercadoria, como tam-

bém se sabe, flutuam sempre de modo irregular na linha do tempo, ora descendo, ora subindo, mais ou menos fortemente, em torno de um valor central que flutua bem menos, mas que nunca se afigura exatamente como uma constante.

A realidade econômica que assim se apresenta mostra-se também como inerentemente contraditória. Pois, as contradições, mesmo tendo raízes estruturais, não são mistérios insondáveis, mas, ao contrário, manifestam-se como ocorrências triviais e constantes na realidade social de todos os dias. Os preços, por exemplo, nunca estão dados, mas se formam sempre por meio de processos que envolvem estratégias, disputas e barganhas das quais participam agentes ativos e competitivos. Os preços emergem por meio de um processo atravessado por discordâncias, atritos e conflitos, os quais nada mais são do que modos de aparecer de contradições que moram na própria estrutura da sociedade, pois os vendedores e os compradores de mercadorias conectam-se por relações sociais de relativo antagonismo, as quais se mostram por meio de tensões, divergências e conflitos. Ora, as contradições, inerentes que são às relações que formam a estrutura basal da sociedade, revelam-se também no modo de aparecer anárquico de todos os outros fenômenos que despontam no andamento temporal do sistema econômico.

Para introduzir aos poucos a alternativa oculta, pode-se lembrar aqui – de início – que Marx tratou a formação de preços como uma guerra, sem corrimento de sangue, de agentes econômicos contra agentes econômicos. Em *Trabalho assalariado e capital*, de 1847, ele escreveu:

Que é que determina o preço de uma mercadoria?

É a concorrência entre compradores e vendedores, a relação da procura com a oferta, da apetência com o oferecimento. A concorrência, que determina o preço de uma mercadoria, apresenta *três aspectos*.

A mesma mercadoria é oferecida por vários vendedores. Aquele que vende mercadorias de certa qualidade, mas a preço mais barato, está seguro de vencer os restantes vendedores e de assegurar para si a maior parte do mercado. Por isso os vendedores disputam entre si para vender, para preencher o mercado. Cada um deles quer vender, vender o mais que puder e, se possível, ser só ele a vender com exclusão dos demais vendedores. Por isso, uns vendem mais barato do que outros. Tem-se, assim, uma *concorrência entre os vendedores que faz baixar* o preço das *mercadorias* por eles oferecidas.

Mas há também uma *concorrência entre os compradores* que, por seu lado, *faz subir* o preço das mercadorias oferecidas.

E há, finalmente, uma *concorrência entre os compradores e os vendedores*, pois uns querem comprar o mais barato possível, enquanto que os *outros* querem vender o mais caro que podem. O resultado

desta concorrência entre compradores e vendedores dependerá da relação existente entre os dois lados da concorrência já antes mencionados, isto é, dependerá de a concorrência ser mais forte no exército dos compradores ou no exército dos vendedores. A indústria joga no campo de batalha dois exércitos que se defrontam, nas fileiras de cada um dos quais se trava por sua vez uma luta intestina. O exército entre cujas tropas há menos luta é o que triunfa sobre o adversário. (Marx, 1976, p. 21; grifos do autor)

### Formação dos preços

As duas concepções antes referidas dizem respeito precipuamente ao modo como se enfrenta o problema da complexidade do sistema econômico, o qual se apresenta também como um dilema epistemológico que demanda uma solução metodológica. Sem entrar aqui no intrincado da história do pensamento econômico, ele se apresenta esquematicamente do seguinte modo: deve-se começar pela supressão das contradições na formulação da teoria enquanto tal, pretendendo apreender uma ordem ideal que estaria pressuposta na realidade, ou se deve principiar pelo modo como o próprio sistema põe e supostamente vai resolvendo processualmente as suas próprias contradições. O primeiro constrói formas ideais a partir da experiência<sup>1</sup>, o segundo estuda as determinações gerais das formas processuais concretas<sup>2</sup>. Ora, o modo como o sistema põe e resolve as suas contradições em processo está implícito nos registros empíricos de seu próprio desenvolvimento histórico. O segundo método é, pois, realista; ele não aborda a experiência com o intuito de construir formas ideais e imaginárias tal como o primeiro método referido.

São dois, pois, os grandes caminhos possíveis da teoria econômica e eles precisam ser melhor explicados: em um deles se abole de início, no plano ideal em que a perfeição é possível, a anarquia por meio da qual uma certa ordem se impõe resolvendo e repondo as contradições constitutivas do sistema; no outro, procura-se justamente apreender como certa legalidade se impõe por meio desse processo, mantendo a sua anarquia constitutiva como um pressuposto não eliminável da teoria. No primeiro caso, o mundo real aparecerá então como uma

<sup>1</sup> Walras argumentou que era preciso usar o método matemático na reconstrução da economia política enquanto teoria pura: “as ciências matemáticas [...] saem da experiência desde que lhes tomaram seus tipos; elas abstraem, desses tipos reais, tipos ideais, que definem; e, com base nessas definições, constroem *a priori* todos os andaimes de seus teoremas e de suas demonstrações. Depois disso, retornam à experiência, não para confirmar, mas para aplicar as suas conclusões” (Walras, 1983, p. 24).

<sup>2</sup> Marx, ao explicar o método da economia política, mostrou que “o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação” (Marx, 2011, p. 54)

espécie de afloração imperfeita – afetada, pois, por inúmeras contingências – do mundo ideal; no segundo caso, é a teoria que aparece como uma representação simplificada e abstrata apenas razoável de uma realidade que se mostra inapreensível em todos os seus detalhes.

No primeiro caso, faz-se opção pelo método formal e analítico, o qual, por isso mesmo, só é capaz de construir, num plano ideal, imagens estáticas e sequenciais do sistema econômico que, como bem se sabe, é inerentemente processual; já no segundo caso, prefere-se um método que apreende o sistema econômico como um complexo evolvente e que, por isso mesmo, respeita a historicidade fluante, irrequieta e irrevogável que o caracteriza enquanto tal<sup>3</sup>. Sem maiores elaborações, indica-se, entretanto, diretamente, que a primeira opção foi feita em geral, desde o início, pela teoria neoclássica, especialmente pelo seu ramo walrasiano hoje dominante, e que a segunda opção foi aquela feita inconscientemente, ainda que com alguma ambiguidade, pela economia política clássica.

Ora, essa divergência se mostra nas duas teorias de formação dos preços formuladas no âmbito da Economia Política. Como se sabe, a primeira aprontou-se por meio dos modelos de equilíbrio geral e a segunda configurou-se – por exemplo, na obra econômica de Adam Smith – por meio de uma formulação que apela à noção de valor-trabalho. Na primeira, os preços surgem como tais por meio de uma construção analítica que almeja a exatidão e que assim os põem como expressões privilegiadas de uma ordem harmônica. Advém, dito de outro modo, por meio de uma edificação formal que abole as contradições e, assim, reinterpreta o mundo real de uma forma idealizada. Na segunda, diferentemente, admite-se que os preços reais, em sua inconstância permanente, estejam regulados sistemicamente por meio da formação de valores. Os preços e os valores que os regulam internamente, portanto, formam-se concomitantemente, pois uns e outros estão regidos por uma lógica de equilíbrio/desequilíbrio que é inerentemente processual e turbulenta.

Por meio da teoria neoclássica, como se sabe, o sistema econômico foi pensado originalmente como estacionário; depois, mediante revisões depuradoras, ele passou a ser compreendido como intertemporal (Soromenho, 2012). Não importa, no ponto de partida, se o sistema econômico é apresentado como uma harmonia sistêmica, ou seja, como um equilíbrio de proporções setoriais, ou como uma harmonia de agências, isto é, como um equilíbrio de planos consistentes entre si. Ora, nesse tipo de formulação altamente idealizada, a teoria se encontra em conflito imediato com a realidade. Por isso mesmo, ela não pode

<sup>3</sup> A distinção aqui feita entre dois métodos tem relação com aquela feita por Bresser-Pereira entre um método “abstrato dedutivo” e um método “histórico dedutivo”, os quais definem dois caminhos distintos para elaborar o conhecimento em Economia Política (Bresser-Pereira, 2009). E ela foi já comentada numa perspectiva semelhante àquela aqui desenvolvida (Prado, 2013 b).

ficar inteiramente satisfeita consigo mesma, mas, ao contrário, reclama sempre, em complemento, um esforço de atualização. E este tem sempre por objetivo emendar a teoria original para tentar reduzir a sua falta de contato com a realidade. Por isso, partindo de modelos que dão privilégio à ordem e à estase, as teorias dessa matriz procuram sempre, num segundo momento, aproximarem-se do mundo real. E, para tanto, reconstroem-se invariavelmente por meio de sucessivos “modelos” que buscam incorporar “imperfeições”, sejam estas de agência ou de falha de coordenação (Shaikh, 2016, pp. 3-7).

De qualquer modo, não é preciso retomar aqui todos os elementos teóricos que caracterizam essas duas grandes opções teóricas, uma delas que identifica imediatamente os preços com os preços que advêm – ou circulam em torno – do perfeito balanceamento do sistema como um todo. E a outra que distingue os preços de mercados, vistos como inerentemente flutuantes, dos preços ditos naturais, os quais são definidos como centros de gravidade<sup>4</sup> em processo de mudança histórica – e não, portanto, como estados de repouso. Aqui, o equilíbrio no mercado de uma dada mercadoria é pensado apenas como um evento momentâneo – e não, portanto, como um ponto fixo que teria um forte poder de atração, podendo, por isso, ser tomado como um fundamento geral. Na verdade, admite-se que o processo da concorrência gera uma tendência à igualação da demanda efetiva com a oferta efetiva em cada mercado. Porém, ao mesmo tempo, supõe-se que essa tendência é obstada por tendências contrárias, de tal modo que o equilíbrio possível se afigura de fato como eventual, instável e mesmo pouco provável. Em consequência, nessa compreensão do sistema econômico, a predição dos acontecimentos futuros com exatidão – diferentemente do que ocorre na astronomia – é vista como uma impossibilidade.

Na primeira opção, até a complexidade compositiva e sempre mutável do sistema, isto é, a evolução ininterrupta de interação local dos agentes posicionados na estrutura social, precisa ser anulada para que a construção teórica possa ser feita, impondo-se, então, como “rigorosa”. Apenas após uma ampla depuração de todas as desarmonias possíveis, a análise econômica pode se centrar numa noção de equilíbrio visto como estado de repouso e, em consequência, pode proceder de um modo que privilegia o raciocínio estático e a estática comparativa. Assim, o estudo da dinâmica do sistema torna-se não só secundário, mas também subordinado. Eis que uma dinâmica local, ao ser admitida como necessária, encontra-se forçada a fazer o sistema convergir para o equilíbrio postulado, desde o início, como atingível. Esse modo de análise, portanto, descuida do evoluir do

<sup>4</sup> Como a gravidade é uma força de atração que suscita um movimento unidirecional e como os preços estão submetidos a forças de atração e de repulsão em relação ao centro, este – talvez com mais propriedade – poderia ser chamado de “centro de agitação”. Na verdade, o significado de “gravitação” no texto clássico de Adam Smith não deveria ser confundido com aquele que tem na Física clássica.

sistema econômico no plano da teoria e assim procede porque fez já, por necessidade imperativa, a abstração da historicidade do processo econômico real.

Já na segunda opção, parte-se justamente da historicidade inerente ao sistema econômico enquanto tal. Pois, é bem evidente que a concepção de formação de preços então cristalizada parte da observação empírica dos preços reais em mercados específicos. A visada casual ou mesmo a investigação metódica das séries de preços em geral mostrava para os economistas clássicos que os preços de mercado flutuavam temporalmente no interior de uma gama numérica virtual e o faziam em torno de um valor bem mais estável, que podia ser apreendido na forma de uma “média”. Ora, foi para explicar esse fenômeno do cotidiano que um autor como Adam Smith escreveu que os preços de mercado, submetidos às contingências as mais diversas, gravitam em torno de um valor central que, como se sabe, foi denominado de “preço natural”. Ora, o preço natural, diferentemente dos preços de mercados que dependem diretamente da atuação prática dos agentes econômicos, é posto apenas indiretamente pelo funcionamento turbulento do sistema econômico. Assim, mesmo sendo tomado como um centro de gravidade, tratou-se sempre de um “centro” dependente da trajetória temporal do próprio sistema econômico, isto é, de seu evoluir histórico que não está pré-determinado.

Vale lembrar aqui como Marx apreendeu a formulação clássica de Adam Smith em *Salário, preço e lucro*, publicado em 1865, quase vinte anos depois de ter produzido o texto *Trabalho assalariado e capital* (antes citado). Ele primeiro a reproduz e depois a interpreta de um modo que não é usual entre os economistas; pois, ele menciona a possibilidade do equilíbrio, mas não o toma como um ponto atraente que funciona como um ponto fixo:

O preço natural [...] é o preço central em torno do qual gravitam constantemente os preços das mercadorias. Circunstâncias diversas os podem manter erguidos muito acima desse ponto e, por vezes, precipitá-los um pouco abaixo. Quaisquer, porém, que sejam os obstáculos que os impeçam de se deter neste centro de repouso e estabilidade, eles tendem continuamente para lá.

Não posso agora esmiuçar esse assunto. Basta dizer que, se a oferta e a procura se equilibram, os preços das mercadorias no mercado corresponderão a seus preços naturais, isto é, a seus valores, os quais se determinam pelas respectivas quantidades de trabalho necessário à produção. Mas a oferta e a procura devem constantemente tender para o equilíbrio, embora só o alcancem compensando uma flutuação com outra, uma alta com uma baixa e vice-versa. Se, em vez de considerar somente as flutuações diárias, for analisado o movimento dos preços do mercado durante um espaço de tempo bastante longo [...]



descobre-se que as flutuações dos preços do mercado, seus desvios dos valores, suas altas e baixas, se compensam umas com as outras e se neutralizam de tal maneira que, postas à margem a influência exercida pelos monopólios e algumas restrições que aqui temos de passar por alto, vemos que todas as espécies de mercadorias se vendem, em termo médio, pelos seus respectivos valores ou preços naturais (Marx, 1978, pp. 78-79)

### A questão do equilíbrio

Nesse momento da exposição, é preciso enfatizar que essas concepções polares concebem duas noções de equilíbrio totalmente distintas entre si: num caso como mero ponto pelo qual o sistema pode eventualmente passar, e no outro, como ponto atraente efetivo em direção ao qual o sistema de fato inexoravelmente se aproxima, tendendo a estacionar aí ou, quando uma concessão ao empírico precisa ser feita, a permanecer muito próximo dele<sup>5</sup>. Aí, então, não fica e não permanece apenas porque, supostamente, é constantemente afetado por inúmeros impactos acidentais, recebe sempre inúmeros choques exógenos. Nesse caso, ele é tomado como um fundamento primeiro da análise econômica e se configura como “geral”. Trata-se, então, de uma noção metafísica que embasa um conjunto de construções teóricas altamente idealizadas que precisam se expressar – e se esconder – na linguagem abstrata e formal da matemática.

O outro modo, como já se mencionou, encontra-se muito encoberto pelas construções neoclássicas ou influenciadas pela teoria neoclássica<sup>6</sup>. Pois, após o último quartel do século XIX, ele passou a sobreviver sub-repticiamente no interior de correntes minoritárias que existem (mas não dominam) no interior do marxismo, do keynesianismo e mesmo da teoria austríaca. Ele se insinua quando o equilíbrio posto enquanto tal é pensado apenas como um momento especial do evoluir turbulento do sistema econômico, um momento que é singularizado com o intuito de estudar certas propriedades desse sistema em abstrato, isto é, apenas teoricamente. Note-se, portanto, que a abstração aqui não tem um caráter de uma operação de fundamentação primeira – ao contrário.

<sup>5</sup> Por exemplo, uma pedra bem jogada para cima não executa uma parábola; no ápice dessa trajetória de sobe e desce, a pedra está de certo modo em equilíbrio, mas este equilíbrio não é um ponto fixo. Já o ponto de repouso de um pêndulo é um equilíbrio de ponto fixo. Este ponto é estável, mas há também, como se sabe, equilíbrio de ponto fixo instável.

<sup>6</sup> Um exemplo é a corrente neo-ricardiana que parte de uma interpretação da teoria de David Ricardo elaborada por Piero Sraffa. Nessa teoria, os preços naturais são apresentados (em desacordo parcial como o próprio Sraffa) por meio de um modelo de equilíbrio geral, sendo então interpretados como preços de reprodução, ou seja, como preços – ditos de longo prazo – que supostamente garantem a permanência infinita do sistema num determinado estado estacionário. Este modo de análise julga também que é possível pensar a temporalidade como uma sequência de estados de equilíbrio comparáveis entre si. Diz-se, então, nessa perspectiva, que se emprega o método da estática ou da dinâmica comparativa.



Antes de chegar à conclusão dessa nota, é preciso voltar ao trecho de *Trabalho assalariado e capital* para investigar mais um pouco como Marx trata da formação dos preços no modo de produção capitalista. Na citação que se segue, o termo “custos de produção” deve ser entendido na perspectiva da obra posterior, em particular de *O capital*, como “preço de produção”. Aí, nota-se que ele recusa a noção fundante de equilíbrio dos economistas para apresentar outra, segundo a qual o equilíbrio figura como um produto endógeno da anarquia do modo de produção capitalista. Para ele, é a própria acumulação de capital, a qual se dá por meio do processo da concorrência dos capitais particulares, é que determina os movimentos da oferta efetiva e da demanda efetiva de qualquer mercadoria, fazendo com que os seus preços de mercados sejam momentos de um processo em que se cria também o preço de produção<sup>7</sup>.

[...] as oscilações da oferta e da procura reconduzem sempre o preço de uma mercadoria aos seus custos de produção. *É fato que o preço real dum mercadoria está sempre acima ou abaixo dos custos de produção; mas a alta e a baixa dos preços completam-se mutuamente*, pelo que, num determinado período de tempo, ao se calcular conjuntamente o fluxo e o refluxo da indústria, as mercadorias são trocadas umas pelas outras de acordo com os seus custos de produção. O preço da mercadoria é, portanto, determinado pelos seus custos de produção.

Esta determinação dos preços pelos custos de produção não deve ser entendida no sentido dos economistas. Os economistas dizem que o *preço médio* das mercadorias é igual aos custos de produção; que isto é a *lei*. Consideram como obra do acaso o movimento anárquico em que a alta é compensada pela baixa e a baixa pela alta. Com o mesmo direito, poder-se-ia considerar, tal como aconteceu também com outros economistas, as oscilações como lei e a determinação pelos custos de produção como obra do acaso. Mas estas oscilações, que, consideradas mais de perto, trazem consigo as mais terríveis devastações e, como um terremoto, fazem tremer a sociedade burguesa nos seus alicerces, são as oscilações que no seu curso determinam o preço pelos custos de produção. O movimento global desta desordem é a sua ordem. No curso desta anarquia industrial, neste movimento circular, a concorrência compensa, por assim dizer, uma extravagância com outra.

Vemos, portanto, que o preço de uma mercadoria é determinado pelos seus custos de produção de tal modo que os períodos em que o preço dessa mercadoria sobe acima dos custos de produção são compensa-

<sup>7</sup> A citação que se segue me foi sugerida pela leitura de um artigo muito interessante de Alan Freeman (2006).

dos pelos períodos em que ele desce abaixo dos custos de produção, e vice-versa. Isto não é válido, naturalmente, para um único dado produto da indústria, mas apenas para o ramo inteiro da indústria. Isto também não é válido, portanto, para o industrial individual, mas apenas para a classe inteira dos industriais.

A determinação do preço pelos custos de produção é igual à determinação do preço pelo tempo de trabalho exigido para a produção duma mercadoria, pois os custos de produção compõem-se, primeiro, das matérias-primas e do desgaste das ferramentas, isto é, dos produtos industriais cuja produção custou uma certa quantidade de dias de trabalho e que, portanto, representam uma certa quantidade de tempo de trabalho, mas também, em segundo lugar, do trabalho direto cuja medida é precisamente o tempo de trabalho. (Marx, 1976, p. 24)

### Conclusão

Aqui se acompanha uma tese de Alan Freeman que classifica os métodos de teorização em Economia Política em equilibrista ou temporal conforme mantenham, na compreensão do sistema econômico, como pressuposto o equilíbrio estável ou, alternativamente, a dinâmica turbulenta – desordem que produz ordem – inerente ao processo de acumulação de capital. O primeiro funda-se numa operação lógico-metafísica que apresenta o sistema econômico numa forma ideal em que prevalece a harmonia; já o segundo assenta-se indutivamente no empírico para apresentar uma teoria que se vê meramente como uma aproximação plausível de uma realidade muito complexa. Ora, essa disjuntiva equivale a fazer ou não, no ponto de partida da compreensão do sistema econômico, a abstração das contradições que o movem e que o põem como um vir a ser, como algo que continua, que muda e que, eventualmente, se transforma ou mesmo sofre uma completa revolução (Freeman, 2015).

Para esse último autor, a primeira alternativa deve ser compreendida como esotérica porque postula a harmonia e, assim, secretamente, dá prioridade à função valorativa do conhecimento, em detrimento de sua função explanatória. Já a segunda, ele a vê como exotérica<sup>8</sup> justamente porque visa, sobretudo, explicar cientificamente o modo de ser, de funcionar e de evolver do mundo real, sem

<sup>8</sup> Há, como se sabe, duas maneiras de empregar o par “esotérico” e “exotérico”, as quais aparecem também no contexto do pensamento econômico em geral. O esotérico pode se referir ao que é essencial ou mais profundo na compreensão do sistema econômico, enquanto que exotérico indica a aparência, a maneira como esse sistema se apresenta ao conhecedor vulgar. Não é nessa acepção que é empregado por Freeman – mesmo se foi assim utilizado por Marx. Para ele, esotérico indica o conhecimento místico da ordem e da harmonia inerentes ao sistema econômico enquanto tal; já exotérico seria o conhecimento que enfrenta a complexidade dinâmica desse sistema cientificamente, isto é, partindo dela e a ela voltando compreensivamente. E essa distinção, ainda para ele, reflete-se de maneira crucial no modo de empregar a noção de equilíbrio.

fraquejar diante de sua desarmonia constitutiva. O que as separa é a adesão ou não à noção de equilíbrio como fundamento metafísico. Assim compreendida, a primeiratrax um conforto intelectual aos praticantes semelhante àquele produzido pela noção de “céu” na cosmologia medieval do cristianismo (Freeman, 2015). Eis que os preços, como também, os equilíbrios que ocorrem na temporalidade dos mercados, diferentemente, devem ser compreendidos cientificamente como fenômenos emergentes (Prado, 2013 b).

Note-se que valoração e explanação são funções inerentes do conhecimento e, mesmo sendo distintas entre si, condicionam-se mutuamente. A concepção equilibrista, ao apreender assim o funcionamento do sistema econômico, fornece uma justificação para a sua existência: dada a repartição da riqueza, diz, por exemplo, que ele permite uma alocação ótima dos recursos e que, assim, promove o máximo bem-estar. Ao fazê-lo, afirma que esse sistema econômico é racional e que, portanto, tem de ser absolvido de críticas maiores<sup>9</sup>. A concepção temporal, ao contrário, propicia uma atitude crítica – o verdadeiro espírito científico é sempre crítico, mesmo que possa se afigurar como moderado ou radical no campo da ciência social. Ao expor o modo de ser turbulento do sistema econômico, põe em evidência os terremotos que lhe são intrínsecos. Suscita, assim, a contestação de que promove uma alocação ótima dos recursos, tendendo a gerar, em princípio, o máximo de bem-estar. Ao formular uma teoria das crises que afirma serem elas cada vez mais devastadoras no curso da história, permite que se condene o capitalismo não só como um sistema portador de desgraças humanitárias crescentes, mas também com um sistema internamente fraturado que não pode e que não vai durar para sempre.

### Referências Bibliográficas

- BRESSER-PEREIRA, Luiz C. “Os dois métodos e o núcleo duro da teoria econômica.”, *Revista de Economia Política*, vol. 29 (2), 2009, pp. 163-190.
- FREEMAN, Alan. “An invasive metaphor: the concept of center of gravity in Economics”. In: *Munich Personal RePEc Archive*, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Heavens above: what equilibrium means for Economics.” In: *Munich Personal RePEc Archive*, 2015.
- MARX, Karl. *Wage-labour and capital & Value, Price and Profit*. New York: International Publishers, 1976.
- \_\_\_\_\_. “Salário, preço e lucro.” In: *Marx, Coleção os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 57-99.

<sup>9</sup> A questão de sua justificação, é evidente, não se encerra aí; ao contrário, com base nesse pressuposto de fundo, ela se prolonga nos debates travados no âmbito das teorias da justiça, tais como o utilitarismo, a ideologia libertária, o kantismo, o igualitarismo (John Rawls), etc. (Sandel, 2009).

- \_\_\_\_\_. *Grundrisse* – Manuscritos econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PRADO, Eleutério. “Dois métodos ou duas antropologias? ”, *Revista de Economia Política*, vol. 33 (4), 2013a, pp. 649-658.
- \_\_\_\_\_. “A emergência social dos preços.”, *Revista Economia*, maio/agosto 2013b, pp. 547-561.
- SANDEL, Michael J. *Justiça* – O que é fazer a coisa certa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- SHAIKH, Anwar. *Capitalism* – Competition, conflict, crises. New York: Oxford University Press, 2016.
- SOROMENHO, Jorge E. de C. “Hayek, Hicks e a ascensão do walrasianismo.”, *Economia e Sociedade*, vol. 21, n. 2 (45), 2012, pp. 219-244.
- WALRAS, Léon. *Compêndio dos elementos de economia política pura*. São Paulo: Editora Abril, 1983.

Artigo recebido em 22 de novembro de 2016

Artigo aprovado em 21 de dezembro de 2016